



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Acta n.º 11/2002

ACTA DA 1ª REUNIÃO DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos dezanove dias do mês de Dezembro do ano dois mil e dois, pelas quinze horas e vinte minutos reuniu a Assembleia Municipal de Odivelas, para a 1ª Reunião da 5ª Sessão Ordinária, nas instalações dos Paços do Concelho sitas na Quinta da Memória, em Odivelas, sob a Presidência de Susana de Fátima Carvalho Amador e secretariada pelos 1º e 2º Secretários, José Manuel Tudela e Alcina dos Prazeres Lourenço Gomes Trindade, respectivamente, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

II – ORDEM DO DIA-----

- PONTO 1** – Informação Escrita sobre a Actividade e Situação Financeira do Município-----
- PONTO 2**- Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2003 e Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia para 2003-----
- PONTO 3** – Autorização para Contracção de Empréstimos a Curto Prazo no ano de 2003 -----
- PONTO 4** – Empreitada de Reabilitação de Partes Comuns em Edifícios de Habitação Municipal- Quinta da Quintinha- Póvoa de Santo Adrião – 2ª fase-----
- PONTO 5** – Proposta de Taxa de Contribuição Autárquica-----
- PONTO 6**- Projecto de Regulamento de Resíduos Sólidos e da Higiene e Limpeza de Espaços Públicos-----
- PONTO 7**- Projecto de Regulamento de Instalação e Funcionamento de Recintos de Espectáculos e de Divertimentos Públicos-----
- PONTO 8**- Projecto de Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização-----
- PONTO 9** – Projecto de Regulamento Municipal de Obras e Trabalhos na Via Pública relativos à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infra-estruturas-----
- PONTO 10** – Projecto de Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e do Mobiliário Urbano---
- PONTO 11** – Proposta de Abertura de Concurso Público para Constituição de Direito de Superfície em Subsolo, tendo por objecto a Concepção, Construção e Exploração de um Parque Público Subterrâneo de Estacionamento para Viaturas Ligeiras e a Concessão da Instalação e Exploração de Parquímetros numa Zona da Cidade de Odivelas -----
- PONTO 12** –Contrato de Sublocação das Instalações sitas na Estrada Nacional 250, em Caneças -----
- PONTO 13** – Proposta de Deliberação 5/AM referente à Celebração de Seguro de Acidentes Pessoais a favor dos Membros da Assembleia Municipal de Odivelas -----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

PONTO 14 – Tabela de Taxas e Tarifas para o Ano 2003-----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições:-----

Na bancada da CDU, o Deputado Municipal **Liberto Pais de Carvalho** por **Fátima Amaral**.-----

Na bancada do PS, o Deputado Municipal **Francisco José Lourenço da Silva** por **António Rosinhas** e o Deputado Municipal **Carlos Fortes Ribeiro** por **Maria Bernardete França**. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Olival Basto, **Miguel Brás**, por **Joaquim Marques Farinha**, seu substituto legal.-----

Distribuída a folha de presenças aos **Membros da Assembleia Municipal** registou-se a presenças de 35 **Membros da Assembleia Municipal**, constatando-se as ausências dos seguintes Deputados Municipais:--

Pela bancada do PSD:-----

Luís Salmonete-----

Manuel Freixedas Torres-----

Pela bancada do PS:-----

Jorge Mota Ramos Silva-----

António Rosinhas-----

Abílio Santos-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Manuel Porfírio Vargês e os 10 Vereadores do Executivo Camarário.-----

Havendo quórum, a **Senhora Presidente** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**.-----

Foi posta à votação a Acta da Assembleia Municipal do dia sete de Novembro de 2002, referente à 4ª Sessão Extraordinária. -----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Tendo sido **Aprovada por Maioria, com três abstenções de elementos da bancada do PS, devido às suas ausências nessa Sessão.**

(Regista-se a entrada do Deputado Municipal António Rosinhas, da bancada do PS, na sala.)

A **Senhora Presidente** deu conhecimento ao plenário das seguintes informações:

1. Comunicação nos termos da Lei n.º 64/93 de 26 de Agosto, sobre o novo cargo do Senhor Vereador Fernando Ferreira como Presidente do Conselho de Administração da Empresa Municipal Odivelcultur – Gestão, Produção e Divulgação Cultural EM,.
2. Comunicação nos termos da Lei n.º 64/93 de 26 de Agosto, sobre as funções do Senhor Vereador Carlos Bodião como Gerente do CAELO (Centro de Actividades Económicas de Loures e Odivelas).
3. O Ponto da situação das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal.
4. Criação da página da Assembleia Municipal na Internet e seus conteúdos ([www.cm](http://www.cm-odivelas.pt) - odivelas.pt).

A **Senhora Presidente** informou o plenário que estava aberto o **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.**

Nesse período, a Mesa da Assembleia Municipal, apresentou um **Voto de Pesar sobre o “Acidente Rodoviário na Freguesia da Ramada”** e um Voto de Solidariedade **“Para com os Cidadãos Portadores de Deficiência”**, que respectivamente se transcrevem:

Voto de Pesar

“Ocorreu no dia 29 de Novembro de 2002, um dramático acidente de viação com um autocarro de turismo, que se despistou e capotou após a descida da Rua João Villaret, na Ramada, o qual ocasionou a morte de seis pessoas e 47 feridos.

Tal acidente, tendo como causa provável uma falha técnica no sistema de travões encontra-se actualmente em investigação pelas entidades competentes, investigação essa que determinará as causas próximas de tão fatídico acidente que enlutou as freguesias da Ramada, Caneças e o Município de Odivelas.

Face a este grave acidente, A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na sua 5ª Sessão Ordinária, no dia 19 de Dezembro, delibera exarar um Voto de sentidas condolências às famílias enlutadas e de profundo pesar por este trágico acidente, manifestando igualmente toda a sua solidariedade para com as vítimas acidentadas.”



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Voto de Solidariedade Para com os Cidadãos Portadores de Deficiência -----

*“Em 1992, no final da década (1983-1992), a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou **3 de Dezembro, o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.**-----*

A década fora um período de tomada de consciência para a adopção de medidas para melhorar a situação das pessoas com deficiência e para promover a igualdade de oportunidades.-----

A problemática da inserção social das pessoas portadoras de deficiência reveste-se da maior importância, porquanto nela se jogam os mecanismos de luta contra atitudes discriminatórias e da afirmação da diferença como um dos princípios básicos para a cidadania.-----

A sua situação, traduzindo-se num quadro de desvantagens adicionais em sociedades fortemente competitivas, é um dos barómetros da qualidade do empenho na causa da realização dos direitos sociais básicos.-----

Desde logo o direito a uma existência digna e feliz, ao acesso a oportunidades de realização pessoal, a uma vida familiar, mas também de acesso aos mecanismos de mobilidade social, com especial incidência na educação, formação e no trabalho.-----

Este Dia Internacional tem o mérito de nos obrigar a proceder a uma avaliação global das políticas internacionais, europeias e nacionais na área da deficiência.-----

E se muito foi adquirido em termos de direito proclamado continua a existir um desfasamento entre o proclamado e o vivido.-----

Com efeito, igualmente à escala nacional a proclamação de direitos nem sempre tem correspondido à sua efectiva protecção e garantia.-----

Os Projectos de Lei recentemente discutidos na Assembleia da Republica apresentados pelo PS, PCP, BE, PEV e CDS-PP pretendem ser um contributo para um efectivo combate à discriminação em função da deficiência de molde a que se ultrapassem os constrangimentos ainda existentes no acesso à saúde, educação ,habitação e eliminação de barreiras físicas e sociais em relação aos milhares de deficientes do nosso País.-----

Mas o verdadeiro combate reside numa alteração de mentalidades e de abertura da sociedade “à diferença” e nesse combate as Autarquias Locais e os autarcas têm igualmente um papel indeclinável a desempenhar. O reforço da cidadania e da democracia pressupõe uma articulação dos direitos civis e sociais e a interdição de discriminações baseadas na diferença de raça, cor , sexo, língua, religião, origem nacional ou social, pertença a uma minoria nacional, nascimento, deficiência ou qualquer outra circunstância.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Os direitos humanos requerem sempre uma contínua vigilância ainda que a sua reposição ou o seu enquadramento estejam delineados, pelo que tal como afirma Norberto Bobbio “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto justificá-los, mas o de protegê-los”.-----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na sua 5ª Sessão Ordinária no dia 19 de Dezembro de 2002, apresenta nestes termos o seu voto de solidariedade para com o cidadão portador de deficiência.”-----

O Voto de Pesar supra mencionado foi admitido à discussão por unanimidade, tendo usado da palavra os seguintes Deputados Municipais:-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção, manifestando a sua concordância com o Voto de Pesar, propondo que o mesmo referisse a Freguesia de Caneças.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Ildio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, usou da palavra, para clarificar a sua posição quanto às circunstâncias do acidente, e afirmou que em 1995 assacou culpas ao Governo do PSD, que em 1997 responsabilizou o Governo PS e que jamais se colocou contra o Município e a favor do Governo, o qual entende ser o único responsável desta situação.-----

Quanto ao Voto de Pesar, entende que é justo e não é só para a Ramada, mas deve abranger outras freguesias, e terminou afirmando que contava com o Município e com a Assembleia Municipal para ajudar a resolver aquela situação.-----

Após o período de discussão, o documento foi colocado à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

O Voto de Solidariedade supra mencionado foi admitido à discussão, não se tendo registado nenhuma intervenção.-----

O documento foi colocado à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

(Regista-se a entrada do Deputado Municipal Manuel Freixedas Torres, pela bancada do PSD, na sala.)-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Pela bancada do PS, foi entregue na Mesa, uma Moção sobre o “**Atraso na Transferência de Impostos Municipais cobrados pelo Estado.**”, que seguidamente se transcreve:-----

“Considerando:-----

- 1 – Que começa a ser preocupante para muitos Municípios Portugueses e também para o Município de Odivelas os atrasos que se estão a verificar, por parte do Ministério das Finanças, na transferência de impostos municipais já cobrados como Derrama, valores residuais de contribuição Autárquica e Sisa;-----
 - 2 – Que esta atitude do Governo, totalmente obcecado pela redução do Déficit Orçamental que erigiu como bandeira e quer levar a cabo custe o que custar e sem olhar a processos nem a meios, não passa de mais um artifício para aumentar a 31 de Dezembro de 2002 os activos financeiros nos cofres do Estado;-----
 - 3 – Que ao reter as verbas que devia transferir e que se traduzem em muitos milhões de Euros, o Governo está a agravar as dificuldades dos Municípios no cumprimento dos seus compromissos;-----
 - 4 – Que no caso da Câmara Municipal de Odivelas os atrasos das transferências põem em causa o pagamento atempado de encargos já suportados pelas nossas Freguesias ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências;-----
 - 5 – Que o Município de Odivelas, através do seu Presidente da Câmara, já oficiou formalmente o Ministério das Finanças, dando-lhe conta destas suas preocupações;-----
 - 6 – Que os outros Municípios já vieram a público protestar contra esta manobra dilatória com que se pretende dificultar ainda mais a vida dos Municípios Portugueses;-----
- A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida a 19 de Dezembro de 2002 delibera, associar-se às preocupações da Câmara Municipal de Odivelas e dos restantes Municípios Portugueses, exigindo do Governo o atempado cumprimento das transferências para os Municípios dos impostos a que têm direito.----
Odivelas, 19 de Dezembro de 2002.”-----

A Moção supra mencionada foi admitida à discussão tendo usado da palavra os seguintes Deputados Municipais:-----

João Rego de Carvalho, pela bancada do PSD, , fez algumas considerações sobre o teor da moção e das medidas do Governo e esclareceu a posição do voto da bancada do PSD, alegando que as prioridades do PSD são os Municípios e o bem estar das populações, razão pela qual votavam a moção favoravelmente.---



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**, usou da palavra para afirmar que a bancada da CDU iria votar a Moção favoravelmente, e disse que o Governo não tem o direito de lesar os Municípios, como está a lesar e que o Governo deverá resolver as suas obsessões sem causar prejuízos a terceiros.-----

Após o período de discussão, o documento foi colocado à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com duas abstenções da bancada do PSD.-----

Pelas **bancadas do PS e da CDU**, foram entregues na Mesa, duas Moções sobre a “**Reposição das Portagens na CREL**” que respectivamente se transcrevem:-----

Moção PS-----

“**Considerando que:**-----

. Recentemente, decidiu o Governo repor o pagamento de portagens na CREL, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2003.-----

. Sob pretexto de tapar buracos orçamentais, ou de redução do défice, o Governo decide assim abrir um enorme buraco no bolso de todos os utentes que circulam naquela via regional exterior da capital.-----

. O Governo nem teve o cuidado de ouvir a Junta Metropolitana de Lisboa, não lhe tendo sequer dado conta da sua intenção, não obstante, neste período, se encontrar em discussão o reforço das competências das Áreas Metropolitanas e em estudo a constituição da Autoridade Metropolitana de Transportes, o que configura, “meramente”, um grave desrespeito institucional.-----

. Mais graves, com maior e penoso impacto nos bolsos e na segurança dos portugueses, serão as consequências desta medida, aparentemente fundamentada numa justiça ilusória do utilizador/pagador.-----

Considerando ainda que:-----

. Na realidade, muitos utilizadores daquela via de circulação, única alternativa rápida e segura que permite aliviar o congestionamento de vias de atravessamento de densos aglomerados urbanos, voltarão a engrossar as já de si penosas filas de trânsito, com forte probabilidade do aumento de conflitos rodoviários e consequentes acidentes.-----

. De facto, o pagamento destas portagens virá juntar-se ao aumento da taxa do IVA, com inevitável indexação aos preços de produtos e serviços, provocando um novo agravamento do custo de vida não só para os utentes da referida via de circulação mas para todos os consumidores da região da grande Lisboa e de todo o território nacional.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

. Não devem se os utentes da CREL a pagar a crise, nem se deve tapar um buraco orçamental abrindo mais um rasgão nos bolsos dos portugueses.-----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em Sessão Ordinária no dia 19 de Dezembro de 2002, delibera exigir do Governo a revogação da sua decisão de aplicar portagens na CREL ou nos sistemas SCUT do País, enquanto se verificar a inexistência de vias alternativas com padrões adequados de segurança e de qualidade.-----
Odivelas, 19 de Dezembro de 2002".-----

Moção CDU-----

“O Governo PPD – CDS decidiu obrigar os Portugueses a pagar portagens para a passagem na CREL.-----
Esta decisão é errada, é injusta, pois vai sobrecarregar os trabalhadores que têm de se deslocar diariamente para o seu trabalho e muitos a partir de habitações adquiridas nos arredores de Lisboa porque mais económicas; assim como aumentar o já caótico trânsito na 2ª Circular, Estradas Nacionais e Zonas Urbanas com grave incidência nos Concelhos de Loures, Odivelas e Sintra, com a agravante de se criarem condições para o aumento imediato de preços no consumidor.-----

Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 02/12/19, decide condenar esta medida e apelar ao Governo:-----

- a) **para que dentro de um raciocínio de bom - senso desista desta decisão de aplicar taxas pela passagem na CREL;**-----
- b) **para que apoie todos os protestos que os utentes desta importante via rodoviária venham a realizar.**-----

Odivelas, 19 de Dezembro de 2002.”-----

As Moções supra mencionadas foram admitidas à discussão tendo usado da palavra os seguintes Deputados Municipais:-----

João Rego Carvalho, pela bancada do **PSD**, usou da palavra para afirmar que a CREL quando foi construída era para ter portagens e só o facto de passados alguns anos ter passado a presidir ao Governo uma pessoa que não sabia fazer contas e ter incluído no Governo vários Ministros das Finanças que se enganavam permanentemente nas contas, é que a CREL deixou de ter portagens.-----

Afirmou ainda, defendendo a teoria do utilizador pagador, que havendo portagens, quem paga é quem a utiliza, não havendo portagem pagamos todos nós, mesmo aqueles, que nunca circularam nas mesmas.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Relativamente às portagens, afirmou que 50% das pessoas estavam a favor e 50% estavam contra e que em relação às vias alternativas, elas estariam todas concluídas no final do mandato.

O Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, Vítor Peixoto, em resposta a João Carvalho, da bancada do PSD, afirmou que compreendia a posição da sua bancada de defenderem o Governo, mas concerteza que “sentem no bolso” como toda a gente sente o efeito do aumento das portagens e alegou que não é argumento referir que a CREL é para ser paga por quem a utiliza, porque todos nós sabemos que a nível regional e nacional vamos ter consequências graves com estes aumentos.

Referiu-se ainda, à obsessão da Sr.^a Ministra das Finanças, que não olha a meios para atingir os seus objectivos, porque sempre houve défices orçamentais, todavia a Sra. Ministra apresenta-se este ano com o objectivo claro de ter défice zero em 2005 ou 2006.

Esclareceu ainda o **Sr. Deputado João Carvalho**, que o Governo anterior não decidiu por qualquer acaso abolir as portagens da CREL, fazia parte do programa de Governo que o Povo Português legitimou nas urnas, obviamente que não poderia fazer outra coisa, ao contrário do Governo do PSD que apresentou um programa omissivo onde não constava essa medida e fez o contrário.

Por essa razão o PS não concorda com esta medida, porque ela vai penalizar cada vez mais as pessoas e agravar a situação económica do País, tendo em conta as medidas de contenção no que concerne ao aumento salarial da população Portuguesa, e que o Governo tudo fará e tudo tem feito para que a população portuguesa pague cada vez mais.

Chama ainda a atenção do Sr. Deputado, para o facto de o Governo estar a pôr o País à venda, desfazendo-se de tudo o que é Património como é o caso do Quartel do Carmo, com a obsessão de reduzir o défice orçamental.

Carlos Silva Santos, pela bancada da **CDU**, entrevistou comentando duas falácias tipicamente e repetidamente ditas, a falácia do utilizador pagador, a qual tem um conceito mais largo, dado que esta medida aparece como um imposto e é claramente uma fonte de rendimento para atingir objectivos que todos nós conhecemos.



Município de Odivelas Assembleia Municipal

A outra falácia relaciona-se com metade da verdade, que é a de perguntarmos a alguém de Bragança se concorda com as portagens em Lisboa. A verdade que quem é prejudicado são os Municípios de Odivelas, Loures e Sintra, porque são eles que vão pagar -----

Sandra Pereira, pela bancada do **PSD**, interviu em direito de resposta ao Senhor Presidente da Junta de Odivelas, para dizer que a posição do PSD não é uma posição incómoda, mas uma atitude responsável, pois considera que o Governo tem uma meta específica que é a de equilibrar as finanças públicas e o PSD deve ser solidário com essa meta do Governo.-----

Questionou ainda o Sr. Deputado Silva Santos quando afirmou que as portagens eram uma medida injusta, se os utentes da Ponte 25 de Abril têm a noção de que são injustas as portagens da CREL?-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, na sua intervenção mostrou a sua preocupação com as portagens da CREL, porque afirmou que estas não servem para nada, só contribuem para agravar a situação do País, nomeadamente a situação dos Portugueses, principalmente daqueles que organizaram a sua vida com as condições que lhe ofereciam a CREL.-----

Lançou ainda, um repto ao Senhor Presidente da Câmara, para que se as portagens forem implementadas, exija do Governo e da Brisa que termine os lances que faltam da CREL, nomeadamente a CREL que circunda o Concelho de Odivelas na Freguesia de Caneças e as drenagens das passagens superiores, que ainda não estão acabadas, e que estão a acarretar prejuízos para a população.-----

Maria Fernanda Franchi, pela bancada do **PS**, usou da palavra para afirmar que concordava com tudo o que foi dito pelas duas bancadas da CDU e PS, e referiu que durante anos canalizaram-se para Lisboa todos os Serviços, obrigando a que os Concelhos limítrofes fossem apenas e só dormitórios das pessoas que vinham trabalhar para Lisboa e ainda continuam a vir, utilizando as vias de acesso a Lisboa.-----

Por outro lado, toda a gente reconhece que a IC19, está congestionada com o grande fluxo de trânsito das pessoas que dormem no Cacém, Sintra e Algueirão e que vêm permanentemente trabalhar para Lisboa.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Por essa razão, considera injusto as portagens da CREL, porque os cidadãos são penalizados várias vezes seguidas e tal medida conduzirá ao congestionamento das vias alternativas.-----

Para finalizar questionou-se sobre a obsessão pelas portagens da CREL e a não utilização do mesmo critério com a via do Infante, que foi a “menina dos olhos “do tempo de Cavaco Silva?-----

Invocou ainda que, quando se querem comparar tanto com o nível das pessoas que trabalham na Europa, deveríamos perguntar em quantos Países se pagam portagens à volta da cintura das Cidades, como se paga aqui em Portugal.-----

Rui Ribeiro, pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção em resposta à Senhora Deputada Fernanda Franchi, referindo que esta, se calhar não andava nas estradas da Europa e que o tema em questão anda à volta de contas e défices, mas que a realidade é que uns fazem contas e outros não, há uns que implementam medidas de Países ricos e outros não.-----

Considera que todos se esqueceram, o que é um verdadeiro orçamento durante 6 anos porque foi na realidade um buraco negro, e é por causa disso que hoje estamos aqui a discutir contas e défices.-----

Disse ainda para se desenganarem aqueles que acreditam que as portagens não vão por diante, porque isto é o princípio do utilizador pagador, porque se trata de uma medida justa.-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Ilídio Ferreira**, pela bancada **CDU**, questionou a bancada do PSD, se na campanha eleitoral fizeram essas promessas ou deram outra informação a todos aqueles que votaram neles, de que iam avançar com essa medida, principalmente aos eleitores da Ramada os quais são latamente prejudicados .-----

Só quem conheceu a estrada Nacional sem a CREL e a Radial , principalmente Caneças e Odivelas , tem o direito de dizer não pago. Ir para a estrada é um direito de uso.-----

Considera que esta medida viola os princípios que defenderam em campanha bem com o dever de solidariedade.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Pedro Martins, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção onde afirmou que a situação ideal era que em Portugal não houvesse portagens, mas felizmente que o Governo que está a Governar o País não se alheia da realidade e está a tomar medidas que são necessárias, porque se a realidade está como está é por culpa de alguém.-----

E que acha que é importante não estarmos hoje a hipotecar o futuro das gerações que vem a seguir, que é necessário arrumarmos a casa para entrarmos num processo de desenvolvimento sustentado e de uma forma coerente para o futuro, nomeadamente as gerações vindouras.-----

Lembrou também que quando entrámos para a União Europeia, não se recorda que alguém estivesse contra e que a União Europeia tem directivas e orientações que têm que ser seguidas e portanto quem utiliza as auto-estradas tem que pagar a sua construção e manutenção.-----

Luís Martins, pela bancada do **PSD**, começou por afirmar que a posição da CDU era uma posição cómoda ao defender as portagens a todo o País e relativamente ao PS diz que a intenção deste foi retirar as portagens da CREL, e questionou porque não retirou as portagens em todo o País? Porque não era viável, e em relação à CREL tinha sido um reбуçado para angariar mais votos.-----

Afirmou ainda, que as portagens iriam ajudar a diminuir o défice, e que só havia duas formas de o fazer, ou aumentar os impostos ou atenuar as despesas e que isso era o que o Governo estava a fazer.-----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**, interviu para relativamente às intervenções da bancada do PSD, afirmar que há várias maneiras de arrumar a casa e há diferentes processos de o fazer, o PSD tem um e o PS tem outro.-----

Disse ainda que a questão das portagens, era um imposto “suspeito” e não viessem falar de défice do ano 2002, porque o ano termina em Dezembro, e as portagens só irão entrar em vigor em Janeiro de 2003.-----

Por outro lado, referiu que havia coisas perigosas na questão dos princípios, que tal como concordava que não se fizesse um referendo sobre o aborto, porque se tinha feito um há pouco tempo, em relação às portagens, não se pode tirar portagens ou colocar portagens conforme mudam os governos.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Disse ainda, que as portagens eram injustas, na medida que a miséria rural de há trinta anos, está hoje nas periferias urbanas e é aí que estão os mais carenciados e sendo que não vislumbram alternativas viáveis ---

Delfim Mota, pela bancada do **PSD**, centrou a sua intervenção para fazer algumas críticas à CDU e PS e afirmou que se defendem os postos de trabalho, e deveriam entender que as portagens da CREL irão criar novos postos de trabalho.-----

Afirmou ainda, que o Governo do PSD/CDS/PP não governa só para Odivelas, Sintra e Loures, governa para Portugal inteiro e que tem que dar contas à União Europeia e resolver o “buraco financeiro.”-----

(Regista-se a entrada do Deputado Municipal Abílio Santos, pela bancada do PS, na sala.)-----

Após o período de discussão, os documentos foram colocados à votação, individualmente:-----

A Moção apresentada pela bancada do PS, foi **Aprovada por Maioria**, com os votos a favor da bancada do PS e CDU e com os votos contra da bancada do PSD e CDS/PP.-----

A Moção apresentada pela bancada da CDU, foi **Aprovada por Maioria**, com os votos a favor da bancada do PS e CDU e os votos contra da bancada do PSD e CDS/PP.-----

O Deputado Municipal **Pedro Martins**, proferiu pela bancada do **PSD**, uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve:-----

*“Nós, Deputados Municipais do Partido Social Democrata, temos consciência que esta medida de introdução de portagens da CREL, vai prejudicar e penalizar os utentes e Municípios de alguns Concelhos, principalmente de Sintra e Vila Franca de Xira, mas também de Odivelas e Loures, no entanto compreendemos que neste momento pouco restava ao Governo do que tomar esta impopular medida.-----
Há uma questão importante a referir, que é a introdução de portagens em vias que servem locais com poucas alternativas, e assim não podemos deixar de falar na CRIL, como alternativa à CREL.-----
A CRIL, é preciso que se diga, não foi terminada pelo Governo do Professor Cavaco Silva, que na época estava entretido a construir os 34 Km da CREL, o IC22 (Radial de Odivelas) e a Radial da Pontinha, isto só para referir as vias que nos dizem mais directamente respeito.-----*



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Assim, esperava-se que fosse o Governo do Eng.º António Guterres a terminar a CRIL, teve 6 anos para o fazer, mas não o fez, porquê? Ninguém sabe.-----

Esperava-se que fosse o Governo do Eng.º António Guterres a terminar a via Norte – Sul, que como todos imaginam poderia retirar imenso trânsito à Calçada de Carriche, teve 6 anos para o fazer, mas não o fez, porquê? Ninguém sabe.-----

E assim chegamos a esta desagradável decisão do Governo, que não é tomada pela Senhora Ministra das Finanças num qualquer acordar de mau humor, mas antes resulta da necessidade do cumprimento da meta do défice, imposta por Bruxelas.-----

Á verdade que a meta não é tudo, primeiro estão as pessoas, mas para se poder avançar para uma política mais justa, primeiro há que pôr a casa em ordem, e é isso que estamos a fazer.-----

A tomada de decisões em tempo de crise é que distingue um Governo que efectivamente Governa, dum Governo para a Comunicação Social e ao sabor da corrente.-----

E se não é assim, gostaria de saber, porque ainda não me explicaram porque é que o Eng.º António Guterres abandonou o Governo, se o trabalho que estava a fazer era tão bom.-----

Mais, sabendo nós que esta decisão implica custos políticos agora, esperamos que num futuro que obviamente desejamos longo, quando previsivelmente o Partido Socialista voltar ao poder, seja coerente com aquilo que diz e magnanimamente volte a retirar as portagens da CREL, logo se verá se este ardor contra as portagens e contra esta decisão será mantida na altura.”-----

Pela bancada da **CDU**, foi entregue na Mesa, uma Moção de **“Solidariedade para com os Trabalhadores em Luta pelo Reconhecimento Pleno à Dignidade do Trabalho”**, que seguidamente se transcreve:-----

“Respondendo à mais brutal ofensiva desencadeada depois do 25 de Abril, contra os seus mais inalienáveis direitos conquistados ao longo de muitas décadas de luta, os trabalhadores portugueses estiveram em greve no passado dia 10 de Dezembro.-----

Resistindo a pressões e ameaças, pondo em risco, nalguns casos, o seu posto de trabalho, abdicando de mais um dia de remuneração no seu já magro salário, a esmagadora maioria dos trabalhadores rejeitou firmemente o papel de serventuária do poder que o Governo e os grandes grupos económicos lhe querem voltar a atribuir.-----

Contrariando, talvez, as expectativas do Governo, o chamado “Código do Trabalho” foi em devido tempo descodificado e os trabalhadores perceberam a extrema gravidade do Pacote Laboral que se lhes pretende impor, fazendo regredir em séculos os conceitos de Justiça Social e de Solidariedade.-----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 19 de Dezembro de 2002, ciente de que é no trabalho que reside a força motora de qualquer sociedade, manifesta a sua solidariedade para com todos os



Município de Odivelas Assembleia Municipal

trabalhadores em luta pelo reconhecimento pleno à dignidade do trabalho, dignidade que não é compatível com a insegurança de emprego, com os salários de miséria praticados, com o esbulho dos tempos livres destinados à cultura e à família.-----
Odivelas, 19 de Dezembro de 2002".-----

A Moção supra mencionada foi admitida à discussão tendo usado da palavra os seguintes Deputados Municipais:-----

Luís Martins, pela bancada do **PSD**, teceu algumas considerações sobre a greve, afirmando que houve trabalhadores que fizeram greve porque os obrigaram, devido à falta de transportes para se deslocarem para os seus locais de trabalho e outros por terem sido pressionados a isso.-----

O Senhor Deputado fez ainda algumas considerações sobre o código do trabalho, afirmando que no Governo anterior andaram anos a estudar o Código de Trabalho e nunca o apresentaram e este Governo em apenas alguns meses apresentou um Código de Trabalho.-----

Relativamente à greve, afirmou que reconhecia o direito à greve, o que não podia admitir é que quem fez greve levasse as suas viaturas para entupir o trânsito nas horas de ponta, prejudicando aqueles que foram trabalhar nos seus carros.-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, Ilido Ferreira, pela bancada da **CDU**, interviu para afirmar que o Sr. Deputado Luís Miguel Martins, não devia saber para que existem piquetes de greve, e estes existiam para assegurar a segurança das empresas, dos grevistas e evitar da parte do patronato de pressionarem os trabalhadores a irem trabalhar.-----

O Senhor Presidente fez ainda algumas considerações sobre o Código do Trabalho e da posição do Governo sobre a greve.-----

José Gomes, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção dizendo que em relação à greve, como pequeno empresário, deu total liberdade total aos seus funcionários para fazerem greve, e que todos aderiram e até os seus filhos.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Afirmou ainda, que tinha conhecimento doutras empresas onde a adesão foi quase total, apenas foram trabalhar os trabalhadores com contrato a prazo.-----

Fez ainda algumas considerações sobre a avaliação do Governo sobre os números de adesão à greve.-----

Maria Fernanda Franchi, pela bancada do **PS**,: teceu algumas considerações acerca da greve e do código do trabalho, afirmando que não fez greve, porque o seu Sindicato não aderiu à greve, dado o documento ainda estar em discussão, mas afirmou que já estava marcado novo período de greve para a semana de 20 de Janeiro de 2003, e se o Governo não recuasse iria mesmo ter a greve.-----

Afirmou ainda, que o que estava em jogo era muito grave para os trabalhadores, e que só quem trabalha e sabe o que tinha e o que vai perder com este Código do Trabalho, é que consegue perceber até que ponto os trabalhadores estão ou não com a greve.-----

Questionou o Senhor Deputado Luís Miguel Martins, se sabe quantos Países tem um código com as regras todas sistematizadas como nós temos e se funcionam ou não funcionam, referindo ainda ao facto de trabalhar há muitos mais anos do que a idade do Deputado.-----

Sandra Pereira, pela bancada do **PSD**, afirmou que não estava ali para fazer uma análise dos números da greve, porque não lhe competia, disse ainda, que achava que a greve era um direito pessoal irrenunciável -

Questionou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, Ilídio Ferreira, sobre qual o seu conceito de convencer, pois acha que convencer não implica insultar e fechar os locais de trabalho.-----

Relativamente à greve, percebe o discurso do PCP e os direitos dos Trabalhadores, mas se não promovermos o emprego deixa de haver Trabalhadores.-----

Quanto ao Código de Trabalho, diz que o mesmo aponta para a criação de emprego, no âmbito dos desafios que foram assumidos por Portugal, a produtividade e a competitividade deve ser um desafio preponderante de Portugal e a legislação aponta nesse sentido. Resta saber se queremos continuar na cauda da Europa ou queremos competir com os Países Europeus.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Carlos Silva Santos, pela bancada da **CDU**, fez alguns comentários à contabilidade do Governo referiu ainda que, o que o Senhor Ministro das Bagão Felix fez em relação aos números de adesão à greve não foi correcto, tendo utilizado processos manipulatórios graves.-----

Afirmou ainda que a CGTP tinha apresentado os números de adesão e como os tinha calculado, tendo usado os dados referente às grandes Empresas, até porque a greve na sua aplicabilidade e no seu impacto é medida nas grandes empresas.-----

Fez ainda algumas considerações sobre a produtividade e afirmou que os trabalhadores Portugueses são os que mais horas trabalham na Europa.-----

Delfim Mota, pela bancada do **PSD**, interviu fazendo algumas criticas à forma como decorreu a greve, afirmando que a CGTP teve responsabilidade, por não esperar pelo final da discussão do documento para decretar a greve, e que em relação à UGT já tinha tido um procedimento mais responsável ao não ter aderido à greve, porque o documento ainda estava em discussão.-----

Afirmou que reconhece o direito à greve, mas que os trabalhadores que não trabalham não produzem.-----

Rui Ribeiro, pela bancada do **CDS/PP**, na sua intervenção considerou que não se pode abandonar uma negociação, sem ela ter chegado ao fim, e nesse sentido a UGT tinha sido coerente e a CGTP não.-----

Sobre os números da Greve, disse que nem os números do Governo nem os da CGTP estavam certos, porque geralmente eles andam pelos 50% para cada lado. Fez ainda alguns comentários sobre o Código do Trabalho e sobre a campanha feita pela CGTP.-----

Luís Martins, pela bancada do **PSD**, pediu para intervir em defesa da honra, por afirmações feitas pela Senhora Deputada Fernanda Franchi, e afirmou que não admitia que pusesse em causa quer a sua experiência profissional quer o seu conhecimento acerca dos problemas do direito dos Trabalhadores em geral.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

O Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, Ilido Ferreira, pela bancada da **CDU**, fez também uma intervenção em defesa da honra, pelo facto de lhe terem chamado ortodoxo.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, Vítor Peixoto, pela bancada do **PS**, solicitou a palavra para fazer um ponto de honra à mesa, pelo facto de se estar assistir a vários pedidos de defesa da honra, mas que as pessoas devem dizer onde foram ofendidas e não aproveitarem para fazer novas intervenções.-

Após o período de discussão, a Moção foi colocada à votação, tendo sido **Aprovada por Maioria**, com os votos a favor da bancada do PS e CDU e os votos contra da bancada do PSD e da bancada do CDS/PP.----

O Deputado Municipal, **João Rego Carvalho**, pela bancada do **PSD**, proferiu uma **declaração de voto**, que seguidamente se transcreve:-----

*“O PSD votou contra esta Moção apresentada pela CDU, não porque esteja contra os trabalhadores e ao seu direito à greve. Mas porque esta sucessão de moções contra o Código de Trabalho não tem a ver nem com o Código nem com os direitos dos trabalhadores, mas com a “chicana” política do PCP/CDU para tentar equilibrar o peso político que vai perdendo em eleições, utilizando alguns elementos instalados em sindicatos para prevalecer na rua o que vai perdendo nos escrutínios.-----
Odivelas, 19 de Dezembro de 2003.”-----*

Na sequência da declaração de voto, apresentada pela bancada do **PSD**, o Deputado Municipal **Francisco Pereira**, fez uma intervenção em defesa da honra, que seguidamente se transcreve:-----

“Isto é motivo para a defesa da honra, não havendo argumentos, nem justificações do voto do PSD, vem ofender quem exerce o direito à greve e quem se opõe ao retrocesso, que o Governo PPD/PSD, pretende impôr na legislação e relações laborais.”-----

Aberto o Período para Intervenções de Interesse Político Relevante, intervieram os seguintes Deputados Municipais:-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Famões, da bancada do **PS**, relativamente à legalização das AUGI's, pela Câmara Municipal de Odivelas, fez a seguinte intervenção:-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

“Foram, ontem, aprovados na reunião da Câmara Municipal os Estudos de Loteamento do Bairro do Sol Nascente, em Famões e do Bairro Novo das Fontainhas, na Ramada.-----

Com a aprovação destes dois bairros são já 30 as AUGI’s legalizadas pelo Município de Odivelas.-----

Embora estes 30 bairros não correspondam, ainda, a metade das AUGI que temos no Concelho, já totalizam mais de 60% da sua área de implantação e dos seus lotes.-----

A legalização das AUGI corresponde a uma prioridade do Partido Socialista na condução política do Município de Odivelas e foi um compromisso que o Senhor Presidente Manuel Varges assumiu desde a primeira hora e de que está a dar muito boa conta.-----

Com as aprovações ocorridas ontem, são já 16 os Bairros que, este ano, viram ou os seus Estudos de Loteamento Aprovados ou os seus Alvarás entregues, o que demonstra o nosso empenhamento na rápida resolução deste processo, de forma a que possamos restituir aos seus habitantes a dignidade de finalmente serem plenos proprietários das habitações que tanto do seu esforço e orçamento consumiram.-----

Não fazemos como outros que, no passado, só se lembravam das AUGI em período eleitoral, para nada acontecer depois, ou como outros ainda que, mais recentemente, depois de terem vencido eleições em diversos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, mostraram grande pressa em desmantelar as estruturas especializadas em legalização de AUGI’s que tinham sido criadas pelos executivos municipais que os antecederam, como aconteceu em Cascais e em Sintra.-----

Para o Partido Socialista este é um compromisso para cumprir.”-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Pontinha, da bancada do **PS**, referiu-se à denúncia feita pelo Governo Civil, em relação, ao Protocolo celebrado entre a Junta de Freguesia da Pontinha e o Governo Civil, no âmbito da Gestão do Pinhal da Paiã, cuja intervenção seguidamente se transcreve:-----

“Em 23 de Abril de 1999, a Junta de Freguesia da Pontinha, celebrou com a Comissão de Assistência e Habitação Social do Governo Civil de Lisboa, um Protocolo para assegurar a Gestão do Pinhal da Paiã e a Manutenção das Zonas Verdes do Bairro Dr. Mário Madeira.-----

A Junta de Freguesia, sabendo de antemão os encargos financeiros que ia aceitar com a celebração do Protocolo, não hesitou, sabendo que o compromisso que ia assumir iria beneficiar a população da Pontinha. Por isso foi com um certo espanto, no passado dia 18 de Outubro recebeu da Ex.ma. Senhora Governadora Civil, um ofício a proceder à sua denúncia.-----

A aceitação da celebração do Protocolo, foi uma decisão tomada pela Junta de Freguesia com o sentido das responsabilidades e na perspectiva de melhorar muitos locais usados pelas pessoas e que há muitos anos esperavam a recuperação.-----

Foi assim que a maioria das ruas foram pavimentadas, (algumas estavam por pavimentar desde a construção dos Bairros) reparámos zonas pedonais, colocámos corrimãos em muitas escadarias e outras



Município de Odivelas Assembleia Municipal

zonas, procedemos a ajardinamentos, anualmente procedíamos à abertura de caminhos florestais nas propriedades do Governo Civil, criávamos zonas de protecção contra incêndios, vedámos completamente o Pinhal e procedemos à colocação de um Circuito de Manutenção.-----

Em permanência temos destacado um funcionário no Pinhal da Paiã, para proceder à sua limpeza e vigilância.-----

Enfim, cumprimos todos os compromissos que assumimos, sendo nossa convicção, que fomos além do que assinámos no Protocolo.-----

Foi reconhecido, que a Junta de Freguesia, como estrutura autárquica ao serviço da população, era a Entidade que melhor podia assegurar a gestão do Pinhal da Paiã, a manutenção das zonas verdes, a conservação e preservação das zonas de lazer, já que possuía os materiais e recursos humanos adequados a uma correcta administração de proximidade.-----

A denúncia efectuada, deixa-nos algo preocupados, não sabemos como vão ser geridas todas as estruturas existentes (Pinhal e restante património) para que seja assegurado o nível e qualidade dos serviços prestados, já que sabemos das dificuldades que podem existir.-----

O Pinhal da Paiã, como grande zona verde do nosso Concelho, deve estar sob a gestão da Câmara Municipal de Odivelas ou em quem esta delegar, de forma a proporcionar um espaço devidamente cuidado e tratado permitindo assim um melhor usufruto por parte da população.-----

Nesta conformidade propomos que a Assembleia Municipal, agende este ponto para uma próxima reunião, no sentido de se recolherem os contributos desta Assembleia e assim se encontrarem as melhores soluções para este espaço.-----

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Odivelas-----

19 de Dezembro de 2002.”-----

Delfim Mota, da bancada do **PSD**; pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que solicitasse junto dos serviços competentes, a rectificação da sinalização pedonal no Bairro Stº Eloy.-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, da bancada da **CDU**, referiu-se à Gestão do Pinhal da Paiã, manifestando a sua solidariedade para com o Presidente da Junta de Freguesia da Pontinha.-----

Pedro Martins, da bancada do **PSD**; abordou a questão da doação das senhas de presença, referentes à Sessão de 19.12.2002, por parte dos membros desta Assembleia, a Instituições de Solidariedade, deste Concelho, louvando o mérito da iniciativa, mas informou que o PSD, não poderia aderir à mesma em virtude de compromissos já assumidos.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Rui Ribeiro, da bancada do **CDS/PP**, fez uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Ex.ma Presidente da Assembleia Municipal-----

Exmos Deputados Municipais-----

Ex.mo Presidente da Câmara Municipal-----

Exmos Vereadores-----

Ex.mo Público-----

Mais uma vez inicio este discurso referindo que tudo aquilo que apresentar e expuser, e quem me conhece sabe que é verdade, tem única e exclusivamente como objectivo melhorar as condições de todos os Municípios de Odivelas.-----

A minha primeira questão diz respeito a um ponto muito simples e que muito tem a ver com solidariedade e que, aqueles que se dizem os maiores defensores do país, nunca os ouvi questionar ou protestar sobre o problema que vou aqui apresentar.-----

Nas visitas a várias instituições de cariz diferente que tenho realizado, chamou-me a atenção uma que é fundamental e que toca muito na própria sensibilidade de qualquer pessoa, que é a questão de apoio a deficientes. Fiquei verdadeiramente incrédulo por algumas situações, nomeadamente a questão de não haver (pelo menos era uma oportunidade do Concelho ser visto como inovadores e até visionários nesta área) que é uma verdadeira política urbana de integração para todos.-----

Sei que uma criança questionou o Sr. Presidente da Câmara de Odivelas sobre o facto muito simples de acessibilidades mínimas de todas as novas construções, onde o Sr. Presidente se refugia na legislação e aparentemente, como se costuma dizer, “sacudiu a água do capote”.-----

A segunda parte deste primeiro ponto é o facto do Município não ter nenhum meio de transporte específico para deficientes, e aqui o Sr. Presidente não se pode refugiar dizendo que até dá toda a colaboração possível de disponibilizar uma carrinha normal e um motorista, mas não uma carrinha com características próprias para deficientes. Contudo, isso não chega. Não posso aceitar que tenhamos visto aprovado na última Assembleia Municipal, um Aluguer Operacional de Veículos para um conjunto de colaboradores da Câmara (aqui a questão é se o merecem ou não) e não vemos nem um único esforço de colaboração para aqueles que mais uma vez foram esquecidos.-----

O segundo assunto que aqui venho apresentar refere-se ao tema que gostava ver esclarecido, e desculpem-me se sou incómodo, mas é que as pessoas perguntam qual o estado da situação e sinceramente a frase: “Já está na Câmara” está gasta no meu vocabulário. O tema é mesmo o das lombas, passeiras e sinalização vertical na Rua Alves Redol.-----

O Partido Popular na sua exposição à Junta, pelo menos recebeu um ofício a dizer que já tinha enviado à PSP e à Câmara. Agora nem uma satisfação veio da Câmara. As pessoas estão á espera. Será que só quando acontecem tragédias, como as que aconteceram na Ramada, é que as pessoas se lembram? Será



Município de Odivelas Assembleia Municipal

que os políticos foram apenas eleitos para tomar medidas que lhes dêem directamente votos? Ou foram eleitos para melhorarem a vida e a segurança das pessoas?-----

Por fim o último ponto: parece que Odivelas também é daqueles locais onde ninguém é responsável por nada, ninguém responde por nada e no limite ninguém quer saber de nada!!! Nas minhas conversas com os vários Presidentes de Junta e nalgumas interpelações ao Presidente da Câmara acho incrível como ninguém é responsável pelo ordenamento urbano de cimento que existe em Odivelas. Assim:-----

- *Conversa de Presidente de Junta:” Nós nem somos ouvidos nem achados nas novas urbanizações. Nem temos oportunidade de tentar beneficiar as populações, porque quando sabemos de uma construção é quando as máquinas já lá estão!!!-----*
- *Conversa de Presidente de Câmara: “Isso veio de Loures!!! “-----*
- *A minha conversa:” Mas que raio, ninguém tem culpa de nada?! Será que construirém prédios em zona de cheias só para termos umas Docas e andarmos qualquer dia de gôndola é positivo e eu não sei? Será que construirém prédios com 5 metros de distância para os prédios em frente e destruírem encostas inteiras de Zonas Verdes está bem e eu é que estou mal?-----*

Conclusão: quando o Presidente refere na Comunicação Social que em Odivelas a prioridade são as Zonas Verdes e Industriais, quero ver se a partir de hoje, 19 de Dezembro, são ou não aprovadas novas urbanizações, pois recortei com muito carinho este pedaço de jornal onde tinha a fotografia do Sr. Presidente.”-----

Domingos Tomé, da bancada do **PS**, fez um agradecimento sobre o início da construção da Escola Secundária de Caneças, e também sobre o encerramento da discoteca de Caneças. Referiu-se também ao estado de degradação de três paragens de Autocarro, nesta Freguesia.-----

Maria Fátima Amaral, da bancada da **CDU**, referiu-se à Gestão do Pinhal da Paiã e solicitou que a Sessão da Assembleia a realizar sobre este tema seja efectuada nas instalações da Junta de Freguesia da Pontinha.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, pela bancada do **PS**, referiu-se à aprovação do “Empréstimo do PROQUAL” por parte do Tribunal de Contas; felicitou a Câmara e todos seus técnicos que elaboraram e instruíram o processo.-----

Todas as intervenções supra mencionadas serão transcritas em sede de Acta, caso se justifiquem ou tenham sido solicitadas.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

II – ORDEM DO DIA

A **Senhora Presidente** deu início à discussão dos Pontos integrados na Ordem do Dia acima melhor discriminada.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

O **Senhor Presidente** da Câmara Municipal de Odivelas fez uma breve apresentação do documento posto à consideração do plenário, encontrando-se arquivado por fotocópia, na pasta da presente reunião, cuja informação se transcreve de seguida:

“Informação do Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal sobre a actividade e situação financeira do Município

Para os efeitos estipulados na alínea e) do nº 1 do Artigo 53º, e na alínea cc) do nº 1 do Artigo 68º, todos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, junto se anexa a informação a que a Câmara Municipal de Odivelas se obriga a apresentar, no período compreendido entre a data de realização da 4ª sessão ordinária da Assembleia Municipal – 26 de Setembro de 2002 – e a data legalmente estabelecida para o envio da convocatória para a 5ª sessão ordinária do mesmo órgão, sobre a sua situação financeira, bem como outros documentos importantes relativos à actividade municipal.

1. INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

O **ANEXO A** é composto pelos documentos que contêm a informação que traduz a situação financeira do Município à data de 2002-12-09.

O **ANEXO B** contêm a informação relativa aos encargos com os empréstimos para o ano 2002.

2. SEGURANÇA DOS RECINTOS DESPORTIVOS

Em 21 de Outubro p.p. foi-me entregue o Relatório Final elaborado pela Comissão de Vistorias criada para avaliação da Segurança em Instalações Desportivas do Concelho.

Das suas conclusões e recomendações foi dado conhecimento às Entidades responsáveis pelas instalações desportivas vistoriadas, com o pedido de serem promovidas as acções de resolução das anomalias detectadas e para as quais foram apresentadas propostas de resolução.



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

3. **PROJECTO “CIDADANIA E PODER LOCAL”**

No âmbito deste projecto, iniciou-se na 22ª Reunião Ordinária, pública, da Câmara Municipal, realizada no dia 2002/10/30, a participação de alunos de diferentes graus de ensino de escolas do Concelho nas reuniões públicas onde, através de questões colocadas ao Executivo e no acompanhamento dos trabalhos, se vão familiarizando com a actividade autárquica visitando, em seguida, os serviços da Câmara responsáveis pela resposta às questões colocadas pelos alunos.

4. **ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2002**

Nas reuniões ordinárias do Executivo realizadas entre o período de 2002/09/26 e 2002/12/09 foram propostas, e aprovadas, alterações orçamentais, de modo a permitir o cabimento adequado das verbas necessárias para se fazer face aos encargos assumidos.

(Actas respectivas das reuniões Ordinárias)

5. **AUGI'S – ENTREGA DE ALVARÁS**

No dia 24 de Novembro p.p. foram entregues mais dois alvarás de loteamento, o 7º e o 8º de 2002, e respeitantes ao Bairro das Sete Quintas I e II, Freguesia de Caneças.

(Acta 23ª reunião Ordinária – ponto antes ordem do dia)

6. **ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DAS AUGI's**

Tendo em atenção que o PDM em vigor no Município de Odivelas ainda é o herdado do Município de Loures que classificava determinados Bairros com o estatuto de Manutenção Temporária e que lhes imputava outros atributos que, até à presente data, os impedia de serem considerados como AUGI's, foi feito um estudo, envolvendo várias vertentes, de modo a que, cumpridos certos requisitos por parte quer de Associações de Bairro ou Comissões de Moradores quer do Município (nomeadamente no que diz respeito à fixação da modalidade de reconversão e proceder à sua redelimitação), de modo a ultrapassar determinados factores condicionadores, para que as Administrações das AUGI sejam validamente constituídas até 31 de Dezembro de 2002 a fim de poderem ser enquadradas e tratadas como tal.

Assim, 24 novos Bairros foram redelimitados, já que a proposta apresentada ao Executivo foi aprovada por unanimidade.

(Acta 22ª reunião Ordinária – ponto 25)

7. **DIVULGAÇÃO DO CONCELHO DE ODIVELAS**

No passado dia 30 de Novembro foi exibido na RTP 2 o programa “Horizontes da Memória” da autoria do Professor José Hermano Saraiva e dedicado ao Concelho de Odivelas.



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Este programa, gravado no Concelho, evidencia as potencialidades locais, nomeadamente no que se refere ao nosso valioso património histórico e elogia as intenções da criação/construção de locais que possam devolver às populações o prazer do usufruto do espaço público.-----

8. **ODIVELGEST – Gestão de Equipamentos, E.M.**-----
Junta-se, como Anexo C, o Relatório do Conselho de Administração da ODIVELGEST – Gestão de Equipamentos, E.M. sobre a situação económico-financeira e funcional da Empresa, referente aos primeiros seis meses de gestão e que tinha sido solicitado pelo Executivo Municipal. O presente Relatório foi aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Administração em 2002/11/20.-----
(Acta 24ª reunião Ordinária – ponto antes ordem do dia)-----
9. **ODIVELCULTUR – Gestão, Produção e Divulgação Cultural, E.M.**-----
Juntam-se, como Anexo D, os Documentos de Gestão Previsional para 2002 – Plano de Actividades e Orçamento, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, bem como o parecer do Revisor Oficial de Contas (Fiscal Único).-----
Juntam-se, como Anexo E, os Documentos de Gestão Previsional para 2003 – Plano de Actividades e Orçamento, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, bem como o parecer do Revisor Oficial de Contas (Fiscal Único).-----
Igualmente se junta, como Anexo F, a Tabela de Preços a praticar pela ODIVELCULTUR nos diferentes espaços que já estão, ou virão a estar, a seu cargo.-----
(Acta 25ª reunião Ordinária – ponto 13)-----
10. **PROCESSOS JUDICIAIS E CONTRA-ORDENACIONAIS EM CURSO**-----
Do ANEXO G constam os processos judiciais e contra-ordenacionais neste momento em curso.-----
11. **LISTA DE ANEXOS**-----
ANEXO A - *Informação sobre a situação Financeira do Município;*-----
ANEXO B - *Informação sobre aos encargos com os empréstimos para 2002;*-----
ANEXO C - *ODIVELGEST - Relatório da Conselho de Administração;*-----
ANEXO D - *ODIVELCULTUR – Documentos de Gestão Previsional para 2002;*-----
ANEXO E - *ODIVELCULTUR – Documentos de Gestão Previsional para 2003;*-----
ANEXO F - *ODIVELCULTUR – Tabela de Preços para 2003;*-----
ANEXO G - *Processos Judiciais e Contra-Ordenacionais em curso.*-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Odivelas, 09 de Dezembro de 2002-----

O Presidente da Câmara Municipal-----

Manuel Vargas”-----

Usaram da palavra no âmbito deste ponto os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Luís Martins, pela bancada do **PSD**;-----

Francisco Pereira, da bancada da **CDU**, cuja declaração se transcreve seguidamente:-----

*“A informação do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas sobre a actividade e situação financeira do Município de Odivelas revela que ainda se encontram por pagar dívidas que remontam ao ano 2000.-----
No entender da CDU tal situação afecta a credibilidade do município e afecta negativamente as Juntas de Freguesia, as colectividades e as empresas fornecedoras e prestadoras de serviços ao município, particularmente as pequenas empresas.-----*

No que se refere à actividade realizada não se percebe porque são omitidas iniciativas de diversos pelouros que reconhecidamente tiveram interesse, adesão e impacto público, como as comemorações do Dia do Turismo, o Encontro das IPSS, o Peddy Paper do Gabinete de Saúde e assinalar o Dia Internacional da pessoa idosa, o Work Shop sobre o ambiente, entre outras.-----

No que refere à Gestão Urbanística nem uma palavra sobre o número de loteamentos e de fogos aprovados. O mesmo sobre o ordenamento e planeamento do território.-----

No que se refere às empresas municipais registamos positivamente a recuperação económico - financeira empreendida pela Administração da Odivelgest retractada no relatório, através das medidas de gestão e contenção de despesas supérfluas, melhorando a qualidade do serviço prestado aos utentes e no respeito pelos direitos dos trabalhadores da empresa.-----

Este registo justifica-se porque como é sabido o passivo herdado da gestão anterior era tal que tornava praticamente inviável a continuidade da empresa.-----

Infelizmente pelos dados conhecidos, as expectativas e os prognósticos no que se refere à Odivelcultur, são de sentido contrário.-----

De facto os elementos até agora conhecidos não são nada animadores quer do ponto de vista da qualidade da programação e da promoção cultural quer do ponto de vista económico financeiro já que dos 773 000 euros previstos de receitas, 565 000 correspondem a subsídios à exploração.-----

Aguardemos para ver – esperemos que estes reparos da CDU não se venham a confirmar como aconteceu na Odivelgest.-----

A CDU considera que as próximas informações à Assembleia Municipal devem ser mais cuidadas e abrangentes do conjunto da actividade municipal.”-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**, fez uma intervenção relativamente às questões do ordenamento do território, disse não haver nenhuma referência em relação ao ponto da situação do PDM e que lhe parecia muito importante dado que é um instrumento de trabalho na ordenamento do território.-----

Referiu- também não existir qualquer ponto da situação feito sobre o Plano de Pormenor da Pontinha que está parado há cerca de ano e meio.-----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**, proferiu uma declaração de voto que seguidamente se transcreve:--

“Apreciamos devidamente a informação sobre a situação económica e financeira do Município presente a esta Assembleia pela Câmara Municipal.-----

No contexto das fortes restrições orçamentais, decorrentes em parte do gigantesco esforço desenvolvido pela Comissão Instaladora até final do ano passado, mas sobretudo das limitações impostas pela execução do Orçamento Rectificativo e do Orçamento do Estado aprovados pela Assembleia da República, ou de agravamento dos preços de produtos e serviços, devido ao aumento da taxa do IVA, queremos sublinhar o equilíbrio financeiro que tem vindo a ser alcançado.-----

Pensamos ser facilmente compreendido o forte e arrojado investimento municipal na fase de instalação do Município. Num curto período, coincide com as despesas e procedimentos naturais que envolveram a construção dos Paços do Concelho, a transferência de pessoal, de serviços e de bens do Município de Loures .acompanhados dos respectivos encargos ou reembolsos. O aluguer de instalações e equipamentos, registou uma intensa actividade traduzida também em despesas e investimentos, com o objectivo de recuperar muitos anos de atraso a que este território tinha sido votado. Muitas obras, muitas iniciativas lúdicas, culturais, desportivas ou de carácter social e económico, a dinâmica introduzida para a recuperação e legalização efectiva das áreas urbanas de génese ilegal, implicaram obviamente avultados encargos.-----

Mesmo assim e de acordo com os indicadores disponíveis presentes a esta Assembleia Municipal, o ano de 2002 fecha num panorama de recuperação financeira e económica, que tende a encontrar, ainda que com esforço e dependendo também da política da administração central para as autarquias, um equilíbrio estável, contendo despesas e racionalizando recursos.-----

Não podemos nem queremos deixar de referir também o equilíbrio que tem vindo a ser conseguido na gestão da Odivelgest, bem como uma atitude que se prevê correcta na gestão da Odivelcultur, pesem embora os reduzidos dados disponíveis, justificados pela sua recente criação.-----

*A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Odivelas-----
19 de Dezembro de 2002.”-----*



Município de Odivelas Assembleia Municipal

(Regista-se a entrada do Deputado Municipal Jorge Mota Ramos Silva, pela bancada do PS, na sala.)-

O Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, pela bancada da CDU, fez uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

*“Há um discurso optimista, sistemático referente à política levada a efeito nos bairros ilegais. Parece que há um certo pudor de se colocar o problema de fundo. É fácil passar Alvarás.-----
Eu estou muito preocupado, e isto é um sentimento muito pessoal, com o futuro do Concelho em termos do seguinte:-----*

Toda a gente sabe que as infra-estruturas dos bairros de génese ilegal foram e estão a ser implementadas muito deficientemente, por não terem a devida fiscalização. Dentro de alguns anos o Município não terá dinheiro para superar as dificuldades daí decorrentes.-----

A caixa de arruamentos é insuficiente, os materiais neles colocados são muitas vezes inadequados, quanto ao asfalto, nem sempre é da melhor forma aplicado, resultando daí a degradação rápida dos pisos. Nos bairros ilegais, já são muitos quilómetros produzidos nestas condições. Os arruamentos têm que ter a caixa necessária. A implementação das infra-estruturas tem de ser bem acompanhada por uma fiscalização técnica adequada e atempada. Não é fazer depressa que é fazer melhor. Não é pela aparência que as obras estão em condições de serem aceites.-----

*Nós temos um Concelho com uma zona antiga, em que a rede da água e de esgotos numa boa parte estão gastas. No futuro vão ser necessários investimentos que vão ser vultuosos, basta ver os arrombamentos que temos frequentemente. Foi aquilo que recebemos. Agora, as partes novas, tanto as urbanizações de génese legal como as de génese ilegal, mas acima de tudo as de génese ilegal que foram feitas pelos moradores da melhor maneira que eles puderam, e algumas ainda estão a ser feitas, prevejo, “**deve ficar registado**”, que dentro de alguns anos o Município não conseguirá com o seu orçamento suportar as despesas necessárias para fazer a correcção e a manutenção do que vai passar a estar sob a sua responsabilidade.-----*

Hoje se, por exemplo, estes bairros, com estes arruamentos, forem transferidos para as juntas de freguesia para estas os manterem em condições, por exemplo tapar buracos, não há dinheiro que chegue. É evidente que para corrigir, em alguns casos será só fazer de novo. E o dinheiro? Eu chamo a atenção para isto, porque estou habituado a tomar as minhas posições e o tempo posteriormente me julgará e, infelizmente me dará razão. É o futuro deste Concelho que está em jogo. As infra-estruturas que estão a ser implementadas no Concelho, não garantem o futuro. Dou 5 a 10 anos, para todos vermos o que vai ser absorvido do orçamento municipal para a correcção de infra-estruturas que estão a ser implementadas. Chamo a atenção para isto porque pretendo um Concelho com futuro.”-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

O **Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Quando o Senhor Presidente da Junta Freguesia da Ramada, começou a intervir, e foi isso que me levou a pedir a palavra, porque quanto à sua parte final estou parcialmente de acordo consigo, mas não posso deixar de ripostar, aquilo que o Senhor Presidente da Junta da Ramada, aqui referiu quanto às condições existentes nos Bairros de Génese Ilegal.-----

De facto assim é, mas não podemos esquecer que tudo quanto veio a acontecer ao longo dos anos foi da responsabilidade da fiscalização da Câmara Municipal de Loures, não só quanto às construções ilegais, mas também quanto às infra – estruturas construídas até aqui.-----

No entanto é de notar que foi desenvolvido durante todo esse tempo um esforço por parte dos proprietários na dotação de condições dos bairros e por isso não podem os mesmos pagar duas vezes e também não podem ficar eternamente à espera que a Câmara Municipal de Odivelas legalizar os bairros.-----

Pela **Senhora Presidente** foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, para responder às questões sobre a Actividade e Situação Financeira do Município acima levantadas pelos Senhores Membros da Assembleia Municipal.-----

A **Senhora Presidente** deu por terminada a análise e apreciação do Ponto 1 da Ordem do Dia.-----

PONTO 2 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2003 e Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia para 2003-----

Presente, para deliberação, a Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2003, da qual se transcrevem o “Preâmbulo” e o Protocolo de Delegação de Competências, de acordo com os documentos que farão parte integrante da presente acta.-----

“**PREÂMBULO**”-----

“Aos Municípios, como órgãos eleitos da Administração Local, cabe-lhes um papel fundamental na resolução concreta dos problemas dos nossos cidadãos ao nível das suas necessidades individuais de bem estar e de qualidade de vida no espaço do nosso território onde vivem, onde muitos já trabalham, e para muitos que nos visitam.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Estamos claramente num processo de mudança e de transformação, e porque este processo tem de ser um esforço partilhado, temos que fazer um apelo aos particulares, aos promotores e urbanizadores e às comunidades locais, para que, com o município e o Estado, possamos melhorar o desenvolvimento do nosso tecido urbano e a criação de melhores oportunidades e espaços para ocupação, convívio, lazer e encontro. Queremos estabelecer, neste novo município, uma nova relação de proximidade, e para isso teremos que nos reencontrar uns com os outros, numa nova identidade local, com vida própria, onde nos possamos fixar cada vez mais e atrair actividades, emprego e desenvolvimento social. -----

Compreendemos que a concretização destas funções, para dar resposta a uma população que se vai tornando cada vez mais exigente para com os seus autarcas, face às expectativas que lhes vão sendo legitimamente criadas, se torna um desafio que exige de nós, no próximo ano, redobrada dedicação e imaginação, num quadro em que os recursos, se escassos eram, mais escassos irão ser em 2003. -----

Sendo assim claramente insuficientes os recursos colocados à disposição dos municípios, fruto de uma injusta contenção e austeridade para quem, como nós, mais e melhor sabe aplicar os meios ao serviço das populações que serve, a elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2003 exigiram de nós o desconforto enorme de termos que ser rigorosos e contidos no estabelecimento de prioridades e opções no planeamento das nossas actividades, iniciativas e projectos de investimentos municipais. Não podemos pois deixar de reavivar que este Município se pronunciou contra esta por forma a acompanhar os critérios de austeridade, contenção e poupança de recursos que nos são exigidos, em nome de um interesse nacional que põe em causa, conforme parecer unânime da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, os interesses e os nossos compromissos locais. -----

Contra a vontade expressa dos autarcas eleitos, tiveram que ser estes os princípios orientadores que condicionaram a Proposta das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2003 do Município de Odivelas, que aqui vos apresento, na certeza de que, tal com eu, não nos revemos por certo no resultado final do que gostaríamos que fossem as actividades, iniciativas e projectos de investimentos municipais, que melhor serviriam os superiores interesse da nossa comunidade. -----

O ano de 2002 foi marcado, desde o seu início, por um grande esforço de todos para satisfazer compromissos assumidos e concluir um grande conjunto de projectos que transitaram, em curso, de 2001. Infelizmente, o final de 2002, acabou por ser marcado por dificuldades inesperadas no desenvolvimento da actividade municipal, em virtude das medidas restritivas do Orçamento Rectificativo aprovado pela Assembleia da República em Maio. Todos fizemos um esforço de contenção e de austeridade nos gastos, que me apraz registar, e que nos permite ter reduzido para cerca de metade, não só as dívidas a terceiros, como os compromissos que transitarão para o ano de 2003. -----

Apesar de tudo foi possível apresentar para vossa apreciação e posterior execução, um plano de actividades municipais e um orçamento inferior aos 70.000.000 de euros que serviram de base aos documentos previsionais para o ano de 2002, e que todos soubemos cumprir, independentemente do esforço



Município de Odivelas Assembleia Municipal

adicional que tivemos para satisfazer compromissos do ano anterior, o que sempre há-de acontecer no início de qualquer ano, em que sempre teremos de assumir encargos em curso de actividades e projectos de anos anteriores. -----

-----||-----

Em traços gerais as actividades consubstanciadas nestes documentos previsionais para 2003 têm em vista prosseguir os seguintes objectivos gerais: -----

- Melhorar as condições de acessibilidades, circulação e estacionamento, em conjugação com uma gestão sustentável do crescimento urbano, por forma a melhorar a mobilidade dos cidadãos, em particular, e a qualidade de vida das populações, em geral; -----
- Proceder à requalificação urbana e ambiental das nossas freguesias, com especial ênfase para a reabilitação dos centros históricos e a conservação e manutenção do nosso património histórico e cultural; -----
- Promover a recuperação e legalização das AUGI's; -----
- Criar condições para que no Município possa aumentar a criação de empresas, a criação de novos empregos e a fixação das pessoas ao território; -----
- Prosseguir no apoio aos nossos agentes sociais, Associações, clubes, colectividades e Instituições de solidariedade por forma a imprimir maior dinamismo às suas actividades em prol do desenvolvimento cultural, social e desportivo; -----
- Melhorar os níveis de segurança das populações, através do apoio municipal aos Bombeiros e de parcerias com as forças de segurança; -----
- Investir fortemente na educação e no apoio às actividades juvenis nomeadamente na melhoria e aumento da rede escolar, na ocupação de tempos livres e apoio a projectos escolares, e nos incentivos ao associativismo juvenil; -----

-----|||-----

Sendo, nas sociedades actuais, os meios e recursos financeiros cada vez mais escassos, face às necessidades e exigências da nossa comunidade, impõe-se-nos, cada vez mais, potenciar formas de intervenção e de parceria que potenciem os nossos recursos numa relação conjugada e estreita : -----

- Entre os diversos órgãos autárquicos das Freguesias, Câmara e Assembleia Municipal para melhor se definirem prioridades de intervenção, e se potenciarem as várias capacidades; -----
- Com as Instituições culturais, desportivas, recreativas e sociais, na promoção conjunta, participada e partilhada das iniciativas que cada um vai promovendo; -----
- Com as Juntas de Freguesias e Associações de Moradores, no desenvolvimento de projectos que promovam infra-estruturas e requalificação urbana em áreas consolidadas ou a legalizar e recuperar; -----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

- *Com as Empresas Municipais e as Escolas na gestão de equipamentos culturais e desportivos e na prestação de serviços às populações;*-----
- *Com a Administração Central, promotores, urbanizadores e agentes económicos na promoção de investimentos em equipamentos e infra-estruturas essenciais ao nosso território, na promoção de habitação social e de projectos participados para a requalificação urbana e ambiental do nosso Concelho;*-----

-----IV-----

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2003 prevêem um total de Receitas e Despesas de 67.227.970,00 Euros, inferior, em cerca de 2.000.000,00 à previsão inicial do Orçamento de 2002. -----

No Capítulo das Receitas 51.224.050,00 Euros são Receitas Correntes e 16.003.920,00 Euros são Receitas de Capital;-----

Do total das Despesas 44.542.027,39 Euros são Despesas Correntes, cumprindo-se assim o preceito legal de terem um valor inferior às Receitas Correntes.-----

As Despesas de Capital somam 22.685.942,61 Euros, reflectindo a impossibilidade de recurso ao financiamento para investimentos municipais, imposta pela Lei do Orçamento do Estado para 2003, o que se vai reflectir negativamente no nível de actividade e de projectos infra-estruturantes fundamentais para o Concelho.-----

Este Orçamento e Grandes Opções do Plano significam um conjunto de oportunidades perdidas na melhoria do nosso crescimento e do nosso desenvolvimento, mas representam um esforço da nossa parte, com sacrifício evidente do bem estar das populações, para cumprir as orientações do Governo, em matéria orçamental, que mereceram o repúdio unânime dos autarcas portugueses, independentemente das suas orientações político-partidárias.-----

De salientar, por fim, que, por imposição legal, não pudemos incluir ainda as Receitas que poderão advir do Empréstimo para os Investimentos previstos no PROQUAL, até que o Tribunal de Contas vise o competente processo que lhe foi enviado em meados de Novembro. Esperamos naturalmente poder contar com esse empréstimo para realizar os cerca de 35.000.000,00 de Euros de investimentos que nestas Grandes Opções do Plano surgem como " A DEFINIR ".-----

O Ponto foi posto à discussão, tendo usado da palavra no âmbito deste ponto os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, Ilidio Ferreira, da bancada do **CDU**.-----

João Rego Carvalho, pela bancada do **PSD**.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, Vítor Peixoto, pela bancada do **PS**.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

(Regista-se a entrada do Deputado Municipal Luís Salmonete, pela bancada do PSD, na sala.)-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Famões, António Rodrigues, pela bancada do PS.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, Armindo Fernandes, da bancada do CDU.-----

Francisco Pereira, pela bancada da CDU.-----

Domingos Tomé, pela bancada do PS.-----

Ricardo Maximiano, pela bancada do PS, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Senhora Presidente da Assembleia Municipal-----

Restantes Membros da Mesa-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

Senhoras e Senhores Vereadores-----

Senhoras e senhores Membros da Assembleia Municipal-----

Prezadas Cidadãos e Prezados Cidadãos-----

Eis pois as nossas considerações sobre a importantíssima matéria em apreço. No início da apreciação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Município para 2003, não é possível esconder um factor fundamental condicionante, da actividade cometida ao Município, reconhecida por todos a quem cabe um papel fundamental na resolução concreta dos problemas com os cidadãos, ao nível das suas necessidades Individuais e de bem estar e de qualidade de vida no espaço do território onde vivem, onde muitos trabalham, aos muitos que o visitam; mas que sofre nesta época de restrições de substancial redução na sua capacidade de intervenção para persecução daqueles objectivos.-----

Estamos no final de um ano de grande significado no nosso novel Concelho, um ano de efectiva gestão, legitimada por eleições democráticas sequente à fase de instalação do Município, instalação que ainda decorre, mas que já promoveu uma drástica alteração na vida dos Odivalenses.-----

Quem não se lembra das razões fortes que fizeram renascer em alguns cidadãos a necessidade de luta pela autonomia administrativa do território? Necessidade assumida por muitas outras pessoas que foi enchendo o rio, até chegar à foz, do que é hoje o nosso Concelho de Odivelas.-----

Em menos de três anos, uma simples recém nascida Comissão Instaladora, certamente com a colaboração entusiasmada de órgãos de freguesia, de associação de moradores, ou lúdicas, culturais ou sociais, de gente ligada ao mundo empresarial, consegui alterar radicalmente o panorama de vida neste território.-----

Foram resolvidos muitos dos problemas essenciais sentidos durante tantos anos pelas populações e adiados outros tantos, foram criadas condições para a planificação urbana, social e cultural, para o desenvolvimento económico do novo Concelho, tendo por objectivo fundamental a elevação da qualidade de vida tão almejada e sempre até então travada.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Tudo isto teve os seus custos, custos que seriam facilmente executados e ultrapassados em situação normal, mas hoje vive-se uma situação instável de fragilização de confiança que sendo de âmbito nacional e mesmo sofrendo sismica conjuntura internacional, é extremamente sensível e agravada pela política imprimida pelo actual governo, com fortes restrições à capacidade de investimento dos órgãos do poder local, com sinais de aprofundamento da precariedade do emprego, com medidas que agravam o custo de vida não só no mercado de trabalho mas também nos investimentos, pelos encargos crescentes que vem sendo inscritos nas contas públicas ou privadas, individuais ou colectivas, mas sempre com carga negativa e pesada no consumidor final, nível em que as autarquias acabam por se verem incluídas como entidades prestadoras de serviços de utilidade pública sem fins lucrativos.-----

Todos estes factores condicionam de forma evidente, as Grandes Opções do Plano e do Orçamento presentes pela Câmara Municipal, justificando o enorme esforço a rolar durante o ano 2002, para satisfazer compromissos assumidos e para concluir um grande conjunto de projectos que transitaram em curso de 2001, situação agravada no final de 2002 por dificuldades inesperadas no desenvolvimento da actividade municipal, sobretudo em virtude das medidas restritivas do orçamento rectificativo, aprovado pela Assembleia da República, em Maio.-----

Mesmo assim temos assistido a um esforço colegial de contenção e austeridade nos gastos que certamente contribuirá para um equilíbrio económico e financeiro de 2003, de que resultará necessariamente uma estabilidade na persecução da actividade municipal, sobrevivendo sem qualquer indicio de estagnação na difícil conjuntura nacional, mas que obrigatoriamente se sentirá no ritmo de cumprimento de alguns objectivos antes traçados.-----

Da leitura atenta às Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2003, queremos destacar e sublinhar como aspectos positivos, as linhas de orientação que se assumem como compromisso em todas as freguesias e localidades do nosso Concelho, para melhorar as condições de acessibilidades, circulação e de estacionamento, aliadas à gestão sustentável do crescimento urbano, à requalificação urbana e ambiental, com destaque para reabilitação do centro histórico, como preservação da nossa identidade cultural, à continuação das medidas para a legalização das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, à criação de novos pólos de emprego e de fixação de pessoas no território, à persecução de apoio aos agentes sociais e culturais, à melhoria dos níveis de segurança das populações e ao investimento na educação, incentivo da actividade das camadas juvenis e suporte da inserção das camadas mais idosas ou desfavorecidas, ou de risco no quotidiano activo da sociedade.-----

Não podemos deixar de sublinhar um dos projectos que maior impacto terá na vitalidade do Concelho, o Proqual, sendo aparentemente um projecto com exclusiva incidência numa das freguesias, correspondente à Cidade de Odivelas, certo é que a pujante requalificação urbana e valorização ambiental que se produzirá, vai ter efeitos não apenas naquela delimitação geográfica, imposta pela própria essência do projecto, mas em todo o território concelhio, porventura até com reflexos positivos em Concelhos limítrofes.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

É necessário que o Município favoreça métodos de realização de projectos em parceria, não só com as associações, instituições representativas de aglomerados urbanos, como culturais, sociais, como do empresarial, a administração central, mas sobretudo numa ligação estreita, íntima com as juntas de freguesia, órgãos mais próximos das populações, que naturalmente devem ser auscultados e com quem deve ser partilhada uma gestão que se pretende inovadora, desburocratizada e em permanente respeito pelos princípios democráticos da participação de todos na construção de um futuro melhor.-----

Mais do que a referência técnica exaustiva aos números, que equacionamos devidamente e consideramos terem sido alvo de equilibrada distribuição, nos tramites estabelecidos pelo Pocal, atendemos à distribuição dos compromissos pelos vários sectores da Câmara Municipal, pelas sete freguesias e pelas camadas diferenciadas da população, pelo que consideramos ter aqui presente um documento de Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2003, que merece a nossa aprovação.-----

Não será certamente o ideal, é no entanto o possível, o realista, considerando as restrições já referidas, mas ainda assim instrumento que nos garante a continuidade na melhoria da qualidade de vida no nosso mui querido território de Odivelas.-----

Muito obrigado.”-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**.-----

O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos, que seguidamente se transcrevem:-----

“Muito obrigada Senhora Presidente,-----

De forma muito sumária, para manifestar desde logo a minha satisfação pela forma como todos se manifestaram na compreensão, pelo espírito de grandes dificuldades em que este Plano de Actividades foi desenvolvido e pelo esforço que foi feito por todos, para conseguir o resultado que temos aqui hoje, que não sendo o que todos gostaríamos de ter, é de facto o resultado possível e que congrega naturalmente o esforço de todos dirigentes e vereadores, na solução que encontramos para este Plano de Actividades e Orçamento. Dizer depois, Senhora Presidente, que em relação artigo 15º, ouve de facto um erro que vai ser corrigido, e quando o texto final for publicado, já conterà a correcção que aqui foi sugerida, que aliás até já tinha sido detectada, mas que, por lapso nosso, o erro acabou por se manter. Portanto vai ser rectificado em Reunião de Câmara e, quando for aprovado, enviarei a V. Exª, Senhora Presidente, já com a correcção que aqui foi consensualizada, para ser então aprovado também por esta Assembleia Municipal.--

Em relação à questão que aqui foi levantada, dos materiais para a conservação dos consumíveis, para os dejectos caninos, para fazer face às competências do artigo 15º, de facto, não há nenhuma rubrica orçamental onde esteja contida aquisição por parte do Município desses consumíveis e desses materiais. Vamos equacionar esta questão com os Senhores Presidentes de Junta para avaliar os custos previsíveis



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

e, se for caso disso, em próxima alteração orçamental ou na revisão orçamental, veremos se torna necessário corrigir esta questão.-----

Em relação à outra questão que nos foi colocada sobre as despesas correntes e as despesas de capital é, também para nós, uma preocupação importante, como compreenderão; tão importante como é para as Juntas de Freguesia, pelo que teremos de ajustar essa situação ano a ano.-----

Antes da versão final do nosso orçamento, nós tínhamos dezasseis milhões de euros a mais, em termos de despesa corrente, que não era compatível com a receita corrente, portanto não será possível num ano só, sobrecarregar as despesas correntes em detrimento das de capital. Estamos a fazê-lo de uma forma progressiva. Este ano, como foi reconhecido, já fizemos uma alteração e procuramos ao longo dos anos rectificar de uma vez por todas, para que essa situação em relação às Juntas de Freguesia fique também corrigida, mas sem esquecer que isso tem reflexos importantes também no orçamento do próprio município, e daí, portanto, o esforço que estamos a fazer, para o conseguir atingir, não num ano só, mas fazê-lo ao longo destes próximos anos, se tiver o vosso acordo.-----

Em relação às áreas verdes e em relação a todas as correcções, é verdade que estamos já a trabalhar no sentido de, ao longo deste ano, conseguirmos ter os mapas definitivos, com todas as áreas para que o mapa final, reflecta aquilo que está implantado no terreno, Freguesia a Freguesia. Esse trabalho está a ser feito e há o compromisso de até ao final do ano termos esses elementos completos.-----

Em relação às questões que foram levantadas, pela Junta de Freguesia de Famões, para não estar a maçã a Assembleia, já acordei como senhor Presidente da Junta, fazer uma reunião, eu próprio com os Vereadores e Departamentos envolvidos, para dar resposta a algumas das questões que aqui colocou, e que resolveremos com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia.-----

Dizer - vos também em relação a uma questão que aqui foi colocada pelo Senhor Deputado Municipal Francisco Pereira, que é nosso entendimento, que de facto a metodologia, o calendário a nível da participação na elaboração destes documentos que é essencial, naturalmente vai ser melhorada no próximo ano. Este ano houve situações excepcionais que levaram a uma metodologia e a um calendário que, a nível de participação, não fosse aquilo que nós todos desejávamos, mas fica aqui o compromisso da minha parte, de que para o ano, vamos alterar com mais tempo, esta metodologia, o calendário a nível de participação e o envolvimento dos responsáveis políticos e dirigentes municipais na construção deste documento essencial para o Município.-----

Em relação aos centros de dia, é um compromisso meu, que já assumi na Câmara e aqui reitero, que, em relação ao Olival Basto, na próxima alteração ou revisão orçamental, será recolocada a verba para lançar o concurso, a partir de Abril, se possível antes, para iniciar a construção do Centro de Dia.-----

Em relação ao Centro de Dia da Póvoa, como sabem, depende da resposta da Segurança Social, não é um projecto apenas nosso, é um projecto que, para poder ser aprovado por nós em reunião de Câmara, tem que ter garantida a comparticipação prévia a nível da Segurança Social.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

E em relação ao Senhor Deputado do CDS/PP, acho que a questão já foi bastante debatida, quem sou eu para estar também a debater estas questões da delegação de competências e da forma como a Câmara, nos termos do protocolo, faz o acompanhamento e a fiscalização das competências que estão delegadas nas Juntas de Freguesia e, portanto julgo esta questão mais que debatida, não me quero repetir.-----
E Senhora Presidente, com esta rapidez, a minha intervenção fica terminada.-----
Muito Obrigado.”-----

Francisco Pereira, pela bancada da **CDU**, apresentou uma **declaração de voto**, que seguidamente se transcreve:-----

“O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2003 são instrumentos fundamentais para a actividade autárquica a desenvolver no próximo ano, pelo que a metodologia a utilizar na sua elaboração deve ser o mais participada possível, pelos agentes associativos, sociais e económicos que actuam no Município – ao fim e ao cabo pela população de forma organizada e claro está pela administração municipal.-----

Os “timings” têm que ser devidamente programados.-----

O Plano de Actividades é influenciado negativamente pela difícil situação financeira em que o Município se encontra e que é ainda resultado das opções e práticas promovidas no período de instalação e que como é conhecido nos mereceram profundas reservas e críticas, aliadas ao incumprimento por parte do Governo, que se mantém, no que respeita ao apoio financeiro ao processo de instalação e agora significativamente agravadas em consequência da política do Governo.-----

É fundamental uma gestão de grande rigor, transparência e competência, balizada por um orçamento realista e exequível e que resolva o atraso no pagamento das dívidas que notoriamente criam dificuldades à actividade de terceiros, sejam eles fornecedores, colectividades ou Juntas de Freguesia.-----

O Protocolo de Delegação de Competências, desproporcionando as transferências correntes e de capital precisa de nesta matéria ser reanalisado.-----

Destaca-se aqui a subvalorização das questões ambientais – uma das 4 únicas áreas que ficam abaixo dos 70% do orçamento de 2002, enquanto outras 8 ultrapassaram os 100% - e de uma actualização insuficiente das verbas a transferir para as juntas de freguesia, inferiores até à actualização das verbas definidas pelo governo.-----

Por fazer ficam também intervenções urgentes e essenciais, com destaque para:-----

- ✓ *A construção do edifício para os serviços camarários, adiando-se uma vez mais a instalação física do município;-----*
- ✓ *A construção de centros de dia para a terceira idade em Olival Basto, Póvoa Stº Adrião e Ramada;-----*



Município de Odivelas Assembleia Municipal

✓ *A construção do novo cemitério municipal, para ultrapassar as cada vez mais graves dificuldades existentes.*-----

Entretanto são consagradas verbas para iniciativas e actividades que consideramos de menor importância ou urgência como seminários, conferências, participação em feiras ou colóquios internacionais ou ainda a dinamização de iniciativas desportivas que não envolvem o movimento associativo e as estruturas concelhias.-----

Prevê-se ainda verbas para obras e programação e divulgação de actividades da responsabilidade da Odivelcultur.-----

Por último, uma referência ao esforço e dedicação dos trabalhadores municipais, que num quadro de grandes dificuldades e constrangimentos têm permitido atenuar, muitas vezes com criatividade e inovação, as consequências dessas limitações.-----

A 1ª revisão orçamental reveste-se assim de enorme importância.-----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Odivelas-----
Odivelas, 19 de Dezembro de 2002".-----

Após o período de discussão, os documentos foram colocados à votação, tendo sido **Aprovados por Unanimidade.**-----

PONTO 3 – Autorização para Contracção de Empréstimos a Curto Prazo no ano de 2003-----

Presente, para deliberação, o proposto na informação 58/DFA/JF/2002, de 27.11.02, com despacho do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve: -----

“Tendo em conta o enquadramento legal que define a competência para autorizar a contracção de empréstimos nas Autarquias Locais, cabe referir nos termos do D.L. n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Lei das Autarquias Locais, que no seu art. 53º/2 al. d), compete à Assembleia Municipal: -----

“Aprovar ou autorizar a contracção de empréstimos nos termos da lei”. -----

Ainda, no n.º7 do mesmo preceito legal: -----

“Os pedidos de autorização para a contracção de empréstimos a apresentar pela Câmara Municipal, nos termos da al. d) do n.º2, serão obrigatoriamente acompanhados de informação sobre as condições praticadas em pelo menos, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município”. -----

Também, o n.º 6 do Art. 23.º da Lei das Finanças Locais estabelece o seguinte: -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

“A aprovação de empréstimos de curto prazo pode ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento para todos os empréstimos que a câmara venha a contrair durante o período de vigência do orçamento.” -----

Nos termos do art. 64º/6 al. a), do mesmo diploma legislativo, é competência da Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos: -----

“Apresentar à assembleia municipal propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.º 2 a 4 do art. 53º”. -----

Tendo por referência os elementos constantes das bases de dados em uso na Divisão Financeira, bem como a previsão de valores que decorrem da Execução Orçamental até ao presente e que figurarão na Conta de Gerência Provisória relativa ao ano de 2002, previsível e parcialmente, transitarão para o ano de 2003, sendo que também se prevê que o saldo de Conta de Gerência de 2002 não ultrapasse o montante de € 2.000.000,00. -----

Nesta conformidade, pretende-se que Câmara delibere apresentar uma proposta de autorização que vise, conforme o já salientado, colmatar dificuldades temporárias de tesouraria, atendendo ao carácter sazonal das receitas que não coincidem com a obrigatoriedade de satisfação / pagamento de compromissos assumidos ou a assumir. -----

Estima-se que o Município de Odivelas receberá € 13.882.349,90 (treze milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, trezentos e quarenta e nove Euro e noventa cêntimos) provenientes da sua participação no F.B.M., F.G.M. e F.C.M., a que corresponde um acréscimo de 2,5%, em relação ao ano em curso, pressupondo que seja esta a percentagem do aumento a fixar na Lei de Orçamento de Estado, nos termos da Lei das Finanças Locais. No caso de contracção de empréstimos a curto prazo, não poderá o seu montante médio anual exceder 10% das receitas provenientes destes fundos, conforme o estipulado no n.º 1 do art.º 24º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, alterado pela Lei n.º 94/2001, de 20 de Agosto (Lei das Finanças Locais). Nesta conformidade o nosso limite de endividamento municipal, no que aos empréstimos de curto prazo diz respeito, será de € 1.388.235,00 (um milhão trezentos e oitenta e oito mil duzentos e trinta e cinco Euro) ----

Assim, considerando: -----

- 1. Os despachos n.º 121/PRES/2002 e 125/PRES/2002, do Sr. Presidente que fixaram as datas limite de cabimento e pagamento (31 de Outubro e 6 de Dezembro, respectivamente); -----*
- 2. A listagem das dívidas que se anexa, com os valores discriminados por data de emissão; -----*
- 3. Acresce ainda que os meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril são meses de carência ao nível da arrecadação de receitas para os municípios, atendendo a que a transferência da primeira prestação da Contribuição Autárquica só se efectua em finais do mês de Abril, inícios de Maio. Prevê-se que as receitas próprias do município, neste período, sejam insuficientes, por si só, para fazerem face aos encargos vencidos e vincendos. -----*



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Face ao exposto, é previsível a indispensabilidade da contracção de empréstimos de curto prazo que permitam satisfazer necessidades urgentes de tesouraria. -----

De acordo com a lei, os referidos empréstimos devem-se saldar até ao final do ano económico a que respeitam. -----

Como nota, os empréstimos de curto prazo, com a entrada em vigor do P.O.C.A.L., alteraram a sua natureza jurídico-económica de operações de tesouraria para operações orçamentais. -----

Sucintamente, ponho à consideração de V. Ex^a. o seguinte: -----

Que nos termos do art.º 53, n.º 2, al. d), e n.º 7 e 64º, n.º 6, al. a) da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e nos termos do n.º 6 do art. 23.º da Lei das Finanças Locais, a Câmara Municipal delibere solicitar uma autorização genérica à Assembleia Municipal para a contracção de empréstimo ou empréstimos de curto prazo até ao montante de € 3.000.000,00 (euro três milhões). -----

Nos termos do n.º 1 do art. 24º, da Lei das Finanças Locais, o montante médio anual dos empréstimos deste tipo não podem exceder 10% das receitas provenientes da participação dos municípios nos F.B.M., F.G.M. e F.C.M. “-----

O Ponto foi posto à discussão, tendo usado da palavra no âmbito deste ponto os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**.-----

Abílio Santos, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Muito Boa Noite,-----

A discussão já vai longa, mas como esta é minha intervenção hoje, acho que deve apresentar os indispensáveis cumprimentos,-----

Senhora Presidente da Assembleia Municipal,-----

Senhores Secretários,-----

Senhor Presidente da Câmara-----

Senhores Vereadores-----

Caros Deputados Municipais-----

Caros Cidadãos-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

A minha intervenção vai no sentido de fazer algumas considerações, sobre este ponto nos seguintes termos:-----

Face ao fundamentos do pedido de alteração genérica apresentada pela Câmara Municipal a esta Assembleia, para a contracção de um empréstimo ou empréstimos de curto prazo, até ao montante de três milhões de euros, para colmatar dificuldades temporárias de tesouraria, que ocorrem normalmente no período do ano em que os encargos continuam a ser satisfeitos, sem que se verifiquem a entrada de receitas de regularização posterior, declaramos nada ter a objectar, dando o nosso voto favorável para esta autorização, nos termos da deliberação tomada sobre a matéria na Reunião de Câmara de 6 de Dezembro de 2002.-----

*A bancada do Partido Socialista.-----
19 de Dezembro de 2002.”-----*

Pedro Martins, pela bancada do **PSD**, proferiu uma declaração de voto que seguidamente se transcreve:---

“A bancada do PPD/PSD presente nesta Assembleia, votou favoravelmente o pedido de Contracção de Empréstimo a Curto Prazo no ano de 2003, porque entende as necessidades de tesouraria que no inicio de cada ano são sentidas pelas autarquias.-----

Consideramos também que o normal funcionamento da Câmara não pode ser afectado por esse diferencial no tempo do encaixe das receitas.-----

Nesse sentido, e uma vez que não podem ser postas em causa as despesas relativas ao funcionamento da autarquia, despesas com funcionários, despesas relativas a compromissos assumidos, votamos favoravelmente a proposta apresentada.-----

Afirmando no entanto que entendemos que a contracção de mais um empréstimo e da consequente obrigação financeira, não vem ajudar ao equilíbrio económico e financeiro da Câmara Municipal”.-----

Após o período de discussão, o documento foi **Aprovado por Unanimidade**.-----

PONTO 4 – Empreitada de Reabilitação de Partes Comuns em Edifícios de Habitação Municipal- Quinta da Quintinha- Póvoa de Santo Adrião – 2ª fase-----

Presente, para deliberação, a informação n.º 53 DMH/DPRH/mcs, de 25.10.02, que seguidamente se transcrevem: -----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

“Tendo em vista a execução das obras relativas à empreitada em epígrafe e de acordo com as instruções recebidas, elaborou-se o anúncio e programa de concurso, caderno de encargos e documentos complementares que se submetem a aprovação.-----

Mais se propõe a abertura do procedimento mediante concurso público nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 48º do Decreto Lei 59/99 de 2 de Março.-----

Valor: €290.000,00 -----

Prazo de Execução: 180 dias”-----

O Ponto foi posto à discussão, tendo usado da palavra no âmbito deste ponto o seguinte Membro da Assembleia Municipal:-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**.-----

Após o período de discussão, o documento foi **Aprovado por Unanimidade**.-----

Pelas 20 horas e dado ao adiantado da hora, e não havendo Pedidos de Intervenção do Público, a Senhora Presidente deu por encerrados os trabalhos, prosseguindo os mesmos na 2ª reunião esta Sessão a realizar a 20 de Dezembro, neste local.-----

No final da Sessão, foi entregue pelo Membro da Assembleia Municipal **Rui Ribeiro da bancada do CDS/PP**, uma declaração de voto relativa ao Ponto 14 da ordem de trabalhos, “Tabela de Taxas e Tarifas para o Ano 2003”.-----

Tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pela Senhora Presidente.-----

O 1º Secretário:-----

O 2º Secretário:-----

A Senhora Presidente:-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal